

ECONOMIA

BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2005
 Editor: Raul Pilati // raul.pilati@correioweb.com.br
 Coordenador: Carlos Alberto Jr.
 e-mail: carlos.junior@correioweb.com.br
 Subeditores: Máisa Moura e Sandro Silveira
 tel. 3214-1148
 e-mail: negocios@correioweb.com.br

BOLSAS	BOVESPA	A-BOND	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na segunda (em %)	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)	Título da dívida soberana brasileira, na segunda	segunda-feira (em R\$)	Últimas cotações (em R\$)	Tarifa, venda (em R\$) na segunda	Na B3, 12 meses (em R\$)	Preço, 30 dias (em % ao ano)
+0,37 Nova York	31.489 31.357	US\$ 1,055 (▼ 0,47%)	2,203 (▼ 1,39%)	2,683 (▼ 0,04%)	R\$ 35,350 (▼ 0,56%)	18,08	IPCA do IBGE (em %)
			21/novembro 2,22 22/novembro 2,24 23/novembro 2,24 24/novembro 2,24 25/novembro 2,23				Junho/2005 -0,02 Julho/2005 0,25 Agosto/2005 0,17 Setembro/2005 0,35 Outubro/2005 0,75

POLÍTICA ECONÔMICA

Arrocho fiscal conduzido pelo ministro da Fazenda atingiu R\$ 95 bilhões entre janeiro e outubro deste ano, um valor histórico e R\$ 12 bilhões acima da meta anual. Dilma, no entanto, quer gastar mais

O cofre é do Palocci

VICENTE NUNES
 DA EQUIPE DO CORREIO

A pesar de enfraquecido politicamente, devido às denúncias de corrupção durante sua gestão como prefeito de Ribeirão Preto, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, continua dando as cartas sozinho na política fiscal do governo, para desespero da ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil. Segundo informou ontem o Banco Central, o superávit primário (receitas menos despesas, sem contar os gastos com juros) atingiu R\$ 95,055 bilhões no acumulado entre janeiro e outubro, superando em R\$ 12,305 bilhões a meta prevista para todo o ano, de R\$ 82,750 bilhões. O arrocho nos gastos do governo tem sido tão forte, que o superávit primário atingiu 5,97% do Produto Interno Bruto (PIB), mantendo-se muito distante dos 4,25% definidos pelo governo como meta. Tanto a economia feita pelo setor público nos 10 primeiros meses do ano quanto o resultado de outubro, de R\$ 8,553 bilhões, são recordes históricos para os respectivos períodos.

Ao anunciar os números consolidados das contas públicas até o mês passado, em meio à queda de braço travada entre Palocci e Dilma pelo controle dos cofres da União, o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, fez uma defesa enfática do arrocho. "Não cabe a mim nenhum julgamento político da questão. Mas é importante ressaltar que o esforço fiscal tem contribuído de forma decisiva para a estabilidade ou mesmo a queda da relação entre a dívida pública e o PIB", afirmou. Não fossem os superávits recordes, o endividamento teria fugido do controle frente ao forte aumento das taxas de juros promovido pelo BC entre setembro do ano passado e maio deste ano, para conter a inflação. Em outubro, a dívida líquida do setor público alcançou R\$ 979,114 bilhões, equivalendo a 51,1% do PIB, índice 0,6 ponto percentual menor que o verificado em dezembro de 2004.

Choque dos juros

O controle do endividamento público não minimiza, porém, o choque que se tem ao se deparar com o tamanho da conta de juros. Somente entre janeiro e outubro, a dívida custou R\$ 133,491 bilhões aos cofres públicos — valor sem precedente na história do país, quando se olha para períodos semelhantes — ou 8,39% do PIB, a soma de todas as riquezas produzidas pelo país. No acumulado dos 12 meses terminados em outubro, os juros da dívida totali-



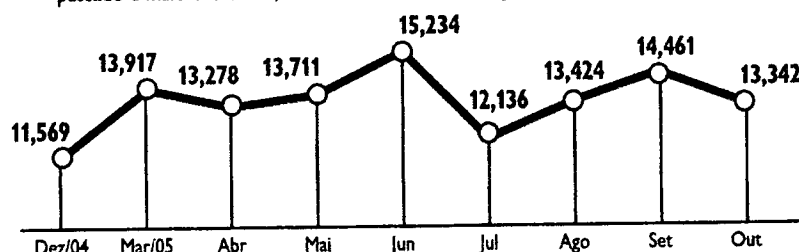
Fonte: Banco Central

COFRE FECHADO

Em meio à disputa entre o Ministério da Fazenda e a Casa Civil, governo mantém o aperto no caixa para evitar a explosão da dívida pública

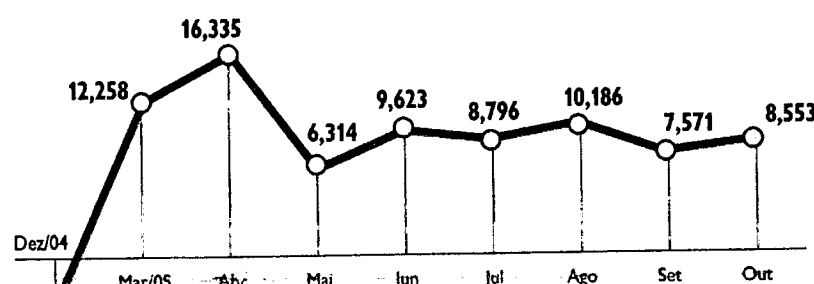
Gastos com juros (em R\$ bilhões)

O aumento da taxa Selic, que perdurou entre setembro do ano passado e maio deste ano, tem comido todo o esforço fiscal



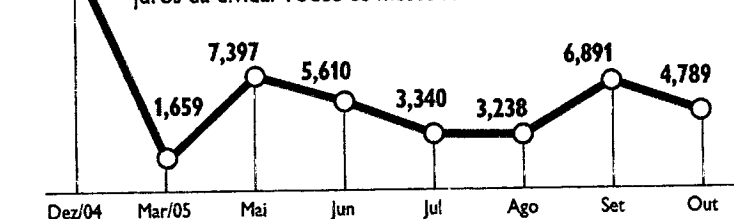
Superávit primário (em R\$ bilhões)

A economia do setor público em 12 meses está em 5,97% do PIB, bem acima da meta de 4,25% definida pela equipe econômica



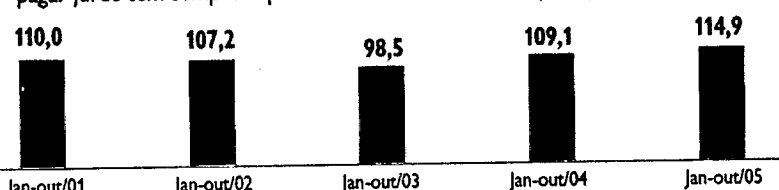
Déficit nominal (em R\$ bilhões)

O compromisso com o ajuste fiscal está mantido. Mas o superávit primário não está sendo suficiente para pagar os juros da dívida. Todos os meses faltam recursos



Meta x superávit primário

Com exceção de 2003, a economia feita pelo governo para pagar juros tem sempre superado as metas anunciadas (Em %)



Editoria de Arte: Amaro Junior

zaram R\$ 155,377 bilhões, despesa só comparável à dos doze meses terminados em maio de 2003, período em que o Brasil lutava bravamente para recuperar a credibilidade junto aos investidores e afastar de vez o fantasma da inflação. Em outubro, a dívida subiu para R\$ 133,491 bilhões em juros.

Diante de gastos tão elevados com a dívida pública e mesmo com os superávits recordes, o país encerrou os dez primeiros meses do ano com um rombo de R\$ 38,436 bilhões, o chamado déficit nominal, equivalente a 2,41% do PIB. Para cobrir esse buraco, o governo emitiu mais títulos pú-

blicos, que vão engordar o endividamento e exigir mais aperto fiscal. Pelos cálculos de Altamir, caso prevaleça, a partir de agora, a política de mais gastos do governo, como quer Dilma Rousseff, e o caixa do Tesouro Nacional se abra até dezembro a ponto de o superávit primário acumulado no ano cair até a meta de 4,25%, o déficit nominal dará um salto para 3,6% do PIB — um número assustador.

Ineficiência

Para a economista-chefe do Banco BES Investimentos, Sandra Utsumi, apesar da vontade do presidente Lula de liberar dinheiro e

das pressões da ministra da Casa Civil sobre o Ministério da Fazenda, ambos de olho nas eleições de 2006, dificilmente o governo conseguirá baixar o superávit deste ano para um número inferior a 5% do PIB. "Nem é recomendável que o governo saia gastando por gastar, pois a qualidade das despesas assumidas certamente será questionada por quem acompanha o ajuste fiscal", afirmou. Ela disse que o ministro Palocci, que vem sustentando o arrocho fiscal, será ajudado pela ineficiência dos colegas de governo, incapazes de executarem os orçamentos aprovados pelo Congresso.

Na opinião de Fernando Barroso, diretor da Positiva DTVM, é difícil acreditar que, mesmo com Palocci enfraquecido, as liberações de recursos em novembro e em dezembro sejam suficientes para inverter a trajetória do superávit. O histórico mostra que, desde 1999, quando o governo decidiu fazer o ajuste fiscal, sempre houve resultados positivos em novembro. E os déficits de dezembro, ocasionados pelos gastos maiores com o funcionalismo público, nunca passaram de R\$ 5 bilhões. "Portanto, gastar o excesso de R\$ 12,3 bilhões será muito difícil", assinalou.